



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Processo(s) Nº: 413/2001

Em: 11 / 04 / 2001

Procedência:

PREFEITO MUNICIPAL

DISTRIBUIÇÃO

À PROCURADORIA EM  
11/04/2001

*Youssef*

*Devolver no final de Junho*

Assunto:

PROJETO DE LEI Nº 15/2001 DE 10/04/2001  
"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO  
DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO  
DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

### AUTUAÇÃO

Aos 11 dias do mês de ABRIL do

ano de [REDACTED] DOIS MIL E UM

autuo, nos Têrmos da Lei, a petição de fls. e mais documentos que se seguem.

*aprovado*  
*Em, 25/06/01*  
*[Signature]*

*Youssef*

*Youssef de A. S.*



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**AUTÓGRAFO N.º 032/2001.**

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA  
A ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2002, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais decreta a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º.** - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Inciso II e nos Parágrafos 2º e 10º do Artigo 119 da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 4º da Lei Complementar Federal n.º 101, as **Diretrizes Orçamentárias do Município de Linhares, para o exercício de 2002**, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - A Organização e estrutura dos orçamentos;
- III - As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - As diretrizes para execução da Lei Orçamentária Anual;
- V - As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
- VI - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - As disposições finais.



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**VI** - Das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social de acordo com a classificação constante do Anexo I, da Lei nº.4.320 de 1964, e suas alterações;

**VII** - Das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, segundo Poder e Órgão, por elemento de despesas e fonte de recursos;

**VIII** - Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, segundo a função, subfunção, programa e elemento de despesa;

**IX** - Dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e de seguridade social, por Órgão;

**X** - Da programação, referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino nos termos do Artigo 212, da Constituição, ao nível de Órgão, detalhando fontes e valores por categorias de programação;

**XI** - Da programação, referente à aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério previsto na Lei n.º. 9424/96.

**XII** - Da programação, referente à aplicação de recursos para financiamento das ações de saúde nos termos da emenda Constitucional nº. 29 de 13 de setembro de 2000

**Art. 5º.** - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Municipais, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

**Art. 6º.** - Para efeito do disposto no Artigo 4º., desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará sua Proposta Orçamentária para o exercício de 2002, para fins de análise e consolidação até o dia 15 de setembro de 2001, e será elaborado de conformidade com o que estabelece a Portaria nº.42, de 14 de abril de 1999.

**Parágrafo único** - Para efeito do disposto no Artigo 29-A da Emenda Constitucional n.º 25 de 14 de fevereiro de 2000, será de 7% (sete por cento), o total da despesa do Poder Legislativo..

**Art. 7º.** - Os orçamentos fiscal e de seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando, para cada uma, o elemento a que se refere à despesa.



## **Câmara Municipal de Linhares**

**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**Parágrafo Primeiro** - Das categorias de programação de que trata o caput deste artigo serão identificados por projetos ou atividades.

**Parágrafo Segundo** - As modificações propostas nos termos do Artigo 166, Parágrafo 5º. da Constituição Federal deverá preservar os códigos numéricos seqüenciais da proposta original.

**Art. 8º.** - Os Projetos de Leis e Créditos Adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a Lei de Orçamento Anual.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

**Art. 9º.** - As Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município têm por objetivo que ele seja elaborado e executado visando garantir o equilíbrio entre receita e despesa de conformidade com o inciso I alínea "a" do artigo 4º da Lei Complementar 101.

I - As receitas e despesas do programa de trabalho deverão obedecer à classificação constante do Anexo I da Lei n.º. 4.320 de 17 de março de 1964, e de suas alterações;

II - As receitas e despesas serão orçadas a preços de junho de 2001 e poderão ter seus valores corrigidos na Lei Orçamentária Anual, pela variação de preços ocorrido no período compreendido entre os meses de junho e novembro de 2001, medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas - **IGPM - FGV**, e os projetados para dezembro de 2001, ou por outro índice oficial que vier substituí-lo.

**Art. 10.** - Na programação da despesa serão observadas restrições no sentido de que:

I - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - Não poderão ser incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de Calamidade Pública, na forma do parágrafo 3º do art. 167 da Constituição Federal e no Parágrafo 3º do Artigo 121 da Lei Orgânica Municipal.



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**III -** O Município poderá contribuir para custeio de despesa de competência de outros entes da Federação, quando atendido o art. 62, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 11.** - A programação dos investimentos para o exercício de 2002, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em execução, ressalvados aqueles custeados com recursos de Convênios Específicos.

**Art. 12** - As dotações nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de Projetos na Lei Orçamentária Anual do Município.

**Art. 13.** - É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos, para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.

**Art. 14.** - Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - Pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Pública Municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com Órgãos ou Entidades de Direito Público ou Privado, nacionais ou internacionais, pelo Órgão ou por Entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado.

**Art. 15.** - Acompanhará a Lei Orçamentária Anual, além dos demonstrativos previstos no Art. 2º, Parágrafos 1º e 2º da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, a demonstração dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da aplicação de 25% (vinte e cinco por cento), das receitas provenientes de impostos, prevista no Art. 212 da Constituição Federal, e que trata a Emenda Constitucional n.º 29 para aplicação para financiamento nas ações e serviços público de saúde.

**Art. 16.** - A dotação consignada para Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a 1% (um por cento), no máximo, da receita corrente líquida, definida no artigo 17 desta Lei

**Art. 17.** - Considerando o parágrafo único do artigo 8º, da Lei Complementar n.º 101, fica entendido como receita corrente líquida a definição estabelecida no artigo 2º, inciso IV, da citada Lei, excluindo das transferências



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

correntes os recursos de convênios, inclusive seus rendimentos, que tenham vinculação à finalidade específica.

**CAPÍTULO IV**

**DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 18.** – Ficam as seguintes despesas sujeitas á limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas nos artigos 9º e 31, inciso II, §1º, da Lei Complementar 101; de 04 de maio de 2000:

I – despesas com obras e instalações, aquisição de imóveis e compra de equipamentos e materiais permanentes;

II – despesas de custeio não relacionado aos projetos prioritários.

**Parágrafo único** :Não serão passíveis de limitação as despesas concernentes às ações nas áreas de educação e saúde.

**Art. 19.** – Fica excluído da proibição prevista no art. 22, parágrafo único, inciso V, da Lei Complementar 101, de 04.05.2000, a contratação de hora extra para pessoal em exercício nas secretarias municipais de saúde e de educação.

**Art. 20.** – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a contratação de pessoal, a qualquer título, e alteração na Estrutura Administrativa, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de pessoal e aos acréscimos dela decorrente;

II – se observado o limite estabelecido na Lei Complementar 101; de 04 de maio de 2000;

III – se alterada a legislação vigente.



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**CAPÍTULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 21.** - Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual a Câmara Municipal, que impliquem excesso de arrecadação em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, nos termos da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no decorrer do exercício de 1999.

**§1º** - As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, TAXAS DE Limpeza Pública e Iluminação Pública, deverão constituir objeto de projeto de lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimento do Município.

**§2º** - Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - atendimento do art. 14, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000;

II - demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social;

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E**

**ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 22 .** - As despesas totais com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo no exercício de 2002, observarão o estabelecido no Artigo 20º, Inciso III, alínea a, b, da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000.



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**CAPÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23 .** - O projeto de lei orçamentária anual será devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de o projeto de que trata este artigo não ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a Câmara ficará automaticamente convocada com fins específicos de votação do projeto de lei orçamentária do orçamento anual.

**Art. 24.** - Não havendo a sanção da lei orçamentária anual até o dia 31 de dezembro de 2001, fica autorizada sua execução nos valores originalmente previstos no projeto de lei proposto, na razão de 1/12 (um doze avos), para cada mês até que ocorra a sanção.

**§1º** - Os valores da receita e despesa que constarem do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2002, poderão ser atualizados de conformidade com o que estabelece o Art. 9º., Inciso II desta Lei.

**§2º** - Considerar-se-á antecipação de crédito á conta da lei orçamentária à utilização dos recursos autorizada neste artigo.

**§3º** - Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentado em sua totalidade, as dotações para atender despesas com:

I – pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III – pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

IV – categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operação de crédito ou de transferências da União e do Estado;

V – categoria de programação cujos recursos correspondam á contrapartida do Município em relação aqueles recursos previstos no inciso anterior.

**Art. 25.** - O Poder Executivo publicará no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual , o quadro de detalhamento da Despesa QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivos projetos e atividades



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**Art. 26.** - Em atendimento a legislação vigente, a elaboração do orçamento deverá ter a participação popular.

**Art. 27.** - O Poder Executivo definirá, por meio de ato próprio, as despesas consideradas irrelevantes, em atendimento ao art. 16, § 3º, da Lei Complementar n.º. 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 28.** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Linhares,  
Estado do Espírito Santo, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e um.

  
**Francisco Tarcísio Silva**  
Presidente



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

**ANEXO I**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 DE 04/05/2000**

**(LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)**

**DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2001**

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES.**

<b>ANEXO I - METAS FISCAIS</b>						
<b>Art. 4º §1º e §2º, Inciso II - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)</b>						
<b>R\$1,00</b>						<b>Em</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1988</b>		<b>1999</b>		<b>2000</b>	
	<b>valor</b>	<b>%</b>	<b>valor</b>	<b>%</b>	<b>valor</b>	<b>%</b>
<b>PATRIMÔNIO</b>	3.635.628,00	21,6	2.223.670,00	12,6	2.159.684,00	10,9
<b>RESERVA</b>						
<b>RESULTADO ACUMULADO</b>	13.231.016,00	78,4	15.454.686,00	87,4	17.614.370,00	89,1
<b>TOTAL</b>	16.866.644,00	100,0	17.678.356,00	100,0	19.774.054,00	100,00



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**ANEXO I - METAS FISCAIS**

**Art. 4º. § 1º. e § 2º, Inciso II - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000**  
**(Lei de Responsabilidade Fiscal)**

**R\$ 1,00 valores correntes**

<b>Descrição</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b> (Orçame nto Previsto)	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
1 - Receita Total	48.769.2 16,00	55.482.9 74,00	60.063.5 64,00	64.340.0 89,00	68.200.4 94,00	71.424.3 11,00
2 - Despesa Total	49.741.6 60,00	54.912.7 78,00	60.063.5 64,00	64.340,0 89,00	68.200.4 94,00	71.424.. 311,00
3 - Resultado Primário	(972.444, 00)	570.196, 00	0	0	0	0
4 - Resultado Nominal	0	0	0	0	0	0
5 - Estoque da Dívida	3.287.85 1,00	3.277.15 9,00	2.930.41 8,00	2.542.06 8,00	2.107.11 6,00	1.619.97 0,00



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES**

**ANEXO I - METAS FISCAIS**

Memórias e Metodologia do Cálculo (art. 4, parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)

Conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - este anexo apresenta a evolução e estimativa da receita e da despesa a preços correntes e constantes. Os valores tabelados a preços constantes têm o mês de março como referência.

A receita corrente está projetada com o crescimento real de 4,26% (quatro e vinte e seis por cento) em 2001, e de 4,12% (quatro e doze por cento) em 2002, 3% (três por cento) em 2003 e 2% (dois por cento) em 2004, em relação ao exercício que a precede. Esses índices resultam do acompanhamento e análise das receitas que formam a receita corrente líquida nos três últimos exercícios e as projeções de crescimento do índice de participação da receita do ICMS. O crescimento nominal, reflexo da variação do índice de preços esperada, foi determinada em 4% em 2001, e 3% em 2002, 2003 e 2004.

Quanto às receitas decorrentes de convênios, o procedimento da estimativa difere daquele aplicado para a receita corrente líquida, pois os convênios têm fluxo próprio de ingresso.

O estoque da dívida corresponde à posição da dívida em dezembro de cada exercício, após deduzidas as amortizações previstas, acrescidas das liberações esperadas no respectivo período.

As despesas foram fixadas em compatibilidade com as estimativas totais de receita dos próximos exercícios, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro, cuja manutenção constitui prioridade desta administração, a qual tem, também, como diretriz a preservação da capacidade própria de investimento do Município, e nelas estão incluídos os valores a pagar com amortização de dívidas nos respectivos exercícios.



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**ANEXO I - METAS FISCAIS**

**Art. 4º. § 1º. e § 2º, Inciso II - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000**  
**(Lei de Responsabilidade Fiscal)**

**R\$ 1,00 valores constantes de Março/2001**

<b>Descrição</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b> (Orçamento Previsto)	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
1 - Receita Total	48.769.2 16,00	55.482.9 74,00	60.063.5 64,00	62.466.1 06,00	64.340.0 89,00	65.526.8 91,00
2 - Despesa Total	49.741.6 60,00	54.912.7 78,00	60.063.5 64,00	62.466.1 06,00	64.340.0 89,00	65.526.8 91,00
3 - Resultado Primário	(972.444, 00)	570.196, 00	0	0	0	0
4 - Resultado Nominal	0	0	0	0	0	0
5 - Estoque da Dívida	3.287.85 1,00	3.277.15 9,00	2.930.41 8,45	2.542.06 8,67	2.107.11 6,92	1.619.97 0,96



**PROJETO DE LEI Nº 15/2001 DE 10/04/2001.**

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo: faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º.** - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Inciso II e nos Parágrafos 2º e 10º do Artigo 119 da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, as **Diretrizes Orçamentárias do Município de Linhares, para o exercício de 2002**, compreendendo:

- Municipal;
- I - As prioridades e metas da Administração Pública
  - II - A Organização e estrutura dos orçamentos;
  - III - As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
  - IV - As diretrizes para execução da Lei Orçamentária Anual;
  - V - As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
  - VI - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
  - VII - As disposições finais.

**CAPÍTULO I**

**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Municipal: **Art. 2º.** - Constituem prioridades e metas do Governo

**PROJETO DE LEI N.º15/2001**

**I** - Melhoria do Ensino Público Municipal, através do aumento de vagas, da recuperação das instalações físicas, do treinamento dos recursos humanos e renovação instrumental de sua rede escolar;

**II** - Expandir e qualificar a oferta de serviços e ações na área de saúde, em consonância com as diretrizes da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, promover investimentos na área de Assistência Médica, Sanitária, Saúde Materno - Infantil, Alimentação, Nutrição e afins.

**III** - Atuar em parceria com a sociedade organizada, a iniciativa privada e os Governos Estadual e Federal, no combate à pobreza, ao desemprego e à fome.

**IV** - Promover a desburocratização e a informatização da Administração Municipal, facilitando o acesso do cidadão e do contribuinte às informações de seu interesse;

**V** - Melhoria da qualidade de vida da população e amparo à criança;

**VI** - Aperfeiçoamento de recursos humanos e valorização do servidor público;

**VII** - Desenvolvimento e crescimento econômico, visando aumentar a participação do Município na Renda Estadual e geração de empregos;

**VIII** - Ampliação da capacidade instalada de atendimento ambulatorial e hospitalar;

**IX** - Adequar e modernizar a infra-estrutura do Município às exigências do crescimento econômico e do desenvolvimento social;

**X** - Apoiar o setor agropecuário visando a melhoria da produtividade e qualidade do setor;

**XI** - Expandir o sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de lixo e de esgoto, sistema de captação de águas pluviais, com drenagem e construção de galerias.

**XII** - Melhorar as condições viárias do Município;

**XIII** - Apoiar, estimular e divulgar a promoção cultural;

3

**XIV** - Exercer a fiscalização ostensiva dos agentes poluentes, protegendo os recursos naturais e renováveis;

**XV** - Melhoria de atendimento das necessidades básicas na área de habitação popular, visando minimizar o déficit habitacional do Município em parceria com os Governos Federal e Estadual, investir na Urbanização dos Bairros e Distritos, dotando-os de pavimentação de vias urbanas, melhorando os serviços de utilidade pública.

**XVI** - Promover melhoria de atendimento das necessidades básicas na área de Assistência Social Geral, subvencionando as Entidades de Ensino Especial, de amparo à Velhice, de amparo às Crianças de zero a 06 (seis) anos de idade, em consonância com as Diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social, bem como no patrocínio de eventos comunitários, priorizando as comunidades carentes;

**XVII** - Apoiar a implantação de Projetos que objetivem o desenvolvimento do turismo no Município;

**XVIII** - Assegurar a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério;

**XIX** - Desenvolver ações de combate ao analfabetismo, de cunho sócio-educativas, visando à construção da cidadania, articulando para isto as várias Instituições que compõem a estrutura social;

**XX** - Articulação com Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Entidades Privadas e Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais com vista à captação de recursos para a realização de Programas e Projetos que promovam o desenvolvimento econômico, social, cultural no território do Município.

**XXI** - Apoiar ações que visem a melhoria do sistema de segurança, com o objetivo de reduzir o nível de criminalidade e violência no Município.

**Art. 3º.** - Observadas as prioridades definidas no Artigo anterior, as metas programáticas correspondentes, terão precedência na alocação dos recursos orçamentários de 2002.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**PROJETO DE LEI N.º15/2001**

**Art. 4º.** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, conforme a Legislação vigente, até o dia 15 (quinze) de outubro de 2001, será elaborado atendendo ao disposto na Portaria nº.42, de 14 de abril de 1999, e conterá:

- I - Texto de Lei;
- II - Consolidação dos Quadros Orçamentários;
- III - Anexos dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei;
- IV- Discriminação da Legislação da receita e despesa, referente aos orçamentos fiscais e de seguridade social.

**Parágrafo Único** - Integrarão a Consolidação dos Quadros Orçamentários a que se refere o Inciso II deste Artigo, incluindo os complementos referenciados no Artigo 22, Inciso III, da Lei nº.4.320 de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I - Da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e seu desdobramento em fonte, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o Artigo 156 da Constituição Federal;
- II - Da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e elementos de despesa;
- III - Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, por categoria econômica e origem de recursos;
- IV - Do resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, por categoria econômica e origem dos recursos;
- V - Da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº.4.320 de 1964, e suas alterações;
- VI - Das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social de acordo com a classificação constante do Anexo I, da Lei nº.4.320 de 1964, e suas alterações;
- VII - Das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, segundo Poder e Órgão, por elemento de despesas e fonte de recursos;

**PROJETO DE LEI N.º15/2001**

**VIII** - Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, segundo a função, subfunção, programa e elemento de despesa;

**IX** - Dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e de seguridade social, por Órgão;

**X** - Da programação, referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino nos termos do Artigo 212, da Constituição, ao nível de Órgão, detalhando fontes e valores por categorias de programação;

**XI** - Da programação, referente à aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério previsto na Lei n.º. 9424/96.

**XII** - Da programação, referente à aplicação de recursos para financiamento das ações de saúde nos termos da emenda Constitucional n.º. 29 de 13 de setembro de 2000

**Art. 5º.** - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Municipais, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

**Art. 6º.** - Para efeito do disposto no Artigo 4º., desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará sua Proposta Orçamentária para o exercício de 2002, para fins de análise e consolidação até o dia 15 de setembro de 2001, e será elaborado de conformidade com o que estabelece a Portaria n.º.42, de 14 de abril de 1999.

**Parágrafo Único** - Para efeito do disposto no Artigo 29-A da Emenda Constitucional n.º 25 de 14 de fevereiro de 2000, será de 7% (sete por cento), o total da despesa do Poder Legislativo..

**Art. 7º.** - Os orçamentos fiscal e de seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando, para cada uma, o elemento a que se refere à despesa.

**Parágrafo Primeiro** - Das categorias de programação de que trata o caput deste artigo serão identificados por projetos ou atividades.



**PROJETO DE LEI N.º15/2001**

**Parágrafo Segundo** - As modificações propostas nos termos do Artigo 166, Parágrafo 5º. da Constituição Federal deverá preservar os códigos numéricos seqüenciais da proposta original.

**Art. 8º.** - Os Projetos de Leis e Créditos Adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a Lei de Orçamento Anual.

**CAPÍTULO III**

**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

**Art. 9º.** - As Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município têm por objetivo que ele seja elaborado e executado visando garantir o equilíbrio entre receita e despesa de conformidade com o inciso I alínea "a" do artigo 4º da Lei Complementar 101.

**I** - As receitas e despesas do programa de trabalho deverão obedecer à classificação constante do Anexo I da Lei n.º. 4.320 de 17 de março de 1964, e de suas alterações;

**II** - As receitas e despesas serão orçadas a preços de junho de 2001 e poderão ter seus valores corrigidos na Lei Orçamentária Anual, pela variação de preços ocorrida no período compreendido entre os meses de junho e novembro de 2001, medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas - **IGPM - FGV**, e os projetados para dezembro de 2001, ou por outro índice oficial que vier substituí-lo.

**Art. 10.** - Na programação da despesa serão observadas restrições no sentido de que:

**I** - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

**II** - Não poderão ser incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de Calamidade Pública, na forma do parágrafo 3º do art. 167 da Constituição Federal e no Parágrafo 3º do Artigo 121 da Lei Orgânica Municipal.



**PROJETO DE LEI N.º 15/2001**

**III** - O Município poderá contribuir para custeio de despesa de competência de outros entes da Federação, quando atendido o art. 62, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 11.** - A programação dos investimentos para o exercício de 2002, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em execução, ressalvados aqueles custeados com recursos de Convênios Específicos.

**Art. 12** - As dotações nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de Projetos na Lei Orçamentária Anual do Município.

**Art. 13.** - É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos, para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.

**Art. 14.** - Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

**I** - Pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Pública Municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com Órgãos ou Entidades de Direito Público ou Privado, nacionais ou internacionais, pelo Órgão ou por Entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado.

**Art. 15.** - Acompanhará a Lei Orçamentária Anual, além dos demonstrativos previstos no Art. 2º., Parágrafos 1º. e 2º. da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, a demonstração dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da aplicação de 25% (vinte e cinco por cento), das receitas provenientes de impostos, prevista no Art. 212 da Constituição Federal, e que trata a Emenda Constitucional n.º. 29 para aplicação para financiamento nas ações e serviços público de saúde..

**Art. 16.** - A dotação consignada para Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a 1% (um por cento), no máximo, da receita corrente líquida, definida no artigo 17 desta Lei

**Art. 17.** - Considerando o parágrafo único do artigo 8º, da Lei Complementar n.º. 101, fica entendido como receita corrente líquida a definição estabelecida no artigo 2º, inciso IV, da citada Lei, excluindo das transferências

3

**PROJETO DE LEI N.º15/2001**

correntes os recursos de convênios, inclusive seus rendimentos, que tenham vinculação à finalidade específica.

**CAPÍTULO IV**

**DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 18.** – Ficam as seguintes despesas sujeitas à limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas nos artigos 9º e 31, inciso II, § 1º, da Lei Complementar 101; de 04 de maio de 2000:

I – despesas com obras e instalações, aquisição de imóveis e compra de equipamentos e materiais permanentes;

II – despesas de custeio não relacionado aos projetos prioritários.

**Parágrafo Único** :Não serão passíveis de limitação as despesas concernentes às ações nas áreas de educação e saúde.

**Art. 19.** – Fica excluído da proibição prevista no art. 22, parágrafo único, inciso V, da Lei Complementar 101, de 04.05.2000, a contratação de hora extra para pessoal em exercício nas secretarias municipais de saúde e de educação.

**Art. 20.** – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a contratação de pessoal, a qualquer título, e alteração na Estrutura Administrativa, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de pessoal e aos acréscimos dela decorrente;

II – se observado o limite estabelecido na Lei Complementar 101; de 04 de maio de 2000;

III – se alterada a legislação vigente.

**CAPÍTULO V**

**PROJETO DE LEI N.º15/2001**

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO  
TRIBUTÁRIA**

**Art. 21.** - Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual a Câmara Municipal, que impliquem excesso de arrecadação em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, nos termos da Lei n.º. 4.320 de 17 de março de 1964, no decorrer do exercício de 1999.

§ 1º - As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, TAXAS DE Limpeza Pública e Iluminação Pública, deverão constituir objeto de projeto de lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimento do Município.

§ 2º - Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - atendimento do art. 14, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000;

II - demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social;

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E**

**ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 22 .** - As despesas totais com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo no exercício de 2002, observarão o estabelecido no Artigo 20º, Inciso III, alínea a, b, da Lei Complementar n.º.101 de 04 de maio de 2000.

**CAPÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23 .** - O projeto de lei orçamentária anual será devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

## PROJETO DE LEI N.º15/2001

**Parágrafo Único** - Na hipótese de o projeto de que trata este artigo não ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a Câmara ficará automaticamente convocada com fins específicos de votação do projeto de lei orçamentária do orçamento anual.

**Art. 24.** - Não havendo a sanção da lei orçamentária anual até o dia 31 de dezembro de 2001, fica autorizada sua execução nos valores originalmente previstos no projeto de lei proposto, na razão de 1/12 (um doze avos), para cada mês até que ocorra a sanção.

§ 1º - Os valores da receita e despesa que constarem do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2002, poderão ser atualizados de conformidade com o que estabelece o Art. 9º., Inciso II desta Lei.

§ 2º - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária à utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentado em sua totalidade, as dotações para atender despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operação de crédito ou de transferências da União e do Estado;

V - categoria de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aqueles recursos previstos no inciso anterior.

**Art. 25.** - O Poder Executivo publicará no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o quadro de detalhamento da Despesa QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivos projetos e atividades.

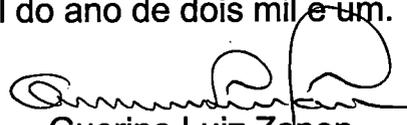
**Art. 26.** - Em atendimento a legislação vigente, a elaboração do orçamento deverá ter a participação popular.

**PROJETO DE LEI N.º15/2001**

**Art. 27.** - O Poder Executivo definirá, por meio de ato próprio, as despesas consideradas irrelevantes, em atendimento ao art. 16, § 3º, da Lei Complementar n.º. 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 28.** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo,  
aos 10 dias do mês de Abril do ano de dois mil e um.



Guerino Luiz Zanon  
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI N.º15/2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 DE 04/05/2000

(LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2001

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES.

<b>ANEXO I - METAS FISCAIS</b>						
Art. 4º §1º e §2º, Inciso II - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)						
Em R\$1,00						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1988		1999		2000	
	valor	%	valor	%	valor	%
PATRIMÔNIO	3.635.628,00	21,6	2.223.670,00	12,6	2.159.684,00	10,9
RESERVA						
RESULTADO ACUMULADO	13.231.016,00	78,4	15.454.686,00	87,4	17.614.370,00	89,1
<b>TOTAL</b>	<b>16.866.644,00</b>	<b>100,0</b>	<b>17.678.356,00</b>	<b>100,0</b>	<b>19.774.054,00</b>	<b>100,00</b>

PROJETO DE LEI N.º15/2001



**ANEXO I - METAS FISCAIS**

Art. 4º. § 1º. e § 2º, Inciso II - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)  
R\$ 1,00 valores constantes de Março/2001

Descrição	1999	2000	2001 (Orçamento Previsto)	2002	2003	2004
1 - Receita Total	48.769.216,00	55.482.974,00	60.063.564,00	62.466.106,00	64.340.089,00	65.526.891,00
2 - Despesa Total	49.741.660,00	54.912.778,00	60.063.564,00	62.466.106,00	64.340.089,00	65.526.891,00
3 - Resultado Primário	(972.444,00)	570.196,00	0	0	0	0
4 - Resultado Nominal	0	0	0	0	0	0
5 - Estoque da Dívida	3.287.851,00	3.277.159,00	2.930.418,45	2.542.068,67	2.107.116,92	1.619.970,96

**PROJETO DE LEI N.º 15/2001**



**ANEXO I - METAS FISCAIS**

Art. 4º. § 1º. e § 2º, Inciso II - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)  
R\$ 1,00 valores correntes

Descrição	1999	2000	2001 (Orçamento Previsto)	2002	2003	2004
1 - Receita Total	48.769.216,00	55.482.974,00	60.063.564,00	64.340.089,00	68.200.494,00	71.424.311,00
2 - Despesa Total	49.741.660,00	54.912.778,00	60.063.564,00	64.340.089,00	68.200.494,00	71.424.311,00
3 - Resultado Primário	(972.444,00)	570.196,00	0	0	0	0
4 - Resultado Nominal	0	0	0	0	0	0
5 - Estoque da Dívida	3.287.851,00	3.277.159,00	2.930.418,00	2.542.068,00	2.107.116,00	1.619.970,00

**PROJETO DE LEI N.º15/2001**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES**

**ANEXO I - METAS FISCAIS**



Memórias e Metodologia do Cálculo (art. 4, parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)

Conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - este anexo apresenta a evolução e estimativa da receita e da despesa a preços correntes e constantes. Os valores tabelados a preços constantes têm o mês de março como referência.

A receita corrente está projetada com o crescimento real de 4,26% (quatro e vinte e seis por cento) em 2001, e de 4,12% (quatro e doze por cento) em 2002, 3% (três por cento) em 2003 e 2% (dois por cento) em 2004, em relação ao exercício que a precede. Esses índices resultam do acompanhamento e análise das receitas que formam a receita corrente líquida nos três últimos exercícios e as projeções de crescimento do índice de participação da receita do ICMS. O crescimento nominal, reflexo da variação do índice de preços esperada, foi determinada em 4% em 2001, e 3% em 2002, 2003 e 2004.

Quanto às receitas decorrentes de convênios, o procedimento da estimativa difere daquele aplicado para a receita corrente líquida, pois os convênios têm fluxo próprio de ingresso.

O estoque da dívida corresponde à posição da dívida em dezembro de cada exercício, após deduzidas as amortizações previstas, acrescidas das liberações esperadas no respectivo período.

As despesas foram fixadas em compatibilidade com as estimativas totais de receita dos próximos exercícios, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro, cuja manutenção constitui prioridade desta administração, a qual tem, também, como diretriz a preservação da capacidade própria de investimento do Município, e nelas estão incluídos os valores a pagar com amortização de dívidas nos respectivos exercícios.



PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS E PROTEÇÃO AO MEIO  
AMBIENTE

Projeto de EMENDA Nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001

**“DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS X,  
XIII, XIV, XIX E XX DO ARTIGO 2º DO  
PROJETO DE LEI Nº 413/2001 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A Comissão de OBRAS E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto destacado, é de parecer favorável à aprovação da Emenda nº 01 apresentada ao Projeto de Lei nº 413/2001, tudo de conformidade com o Parecer da Comissão de Constituição de Justiça desta Edilidade.

Plenário “Joaquim Calmon”, aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e um.



**JOEL BISI**  
Presidente

  
**ARILDO KIRMSE**  
Membro



Protocolo: 655 / 2001  
Dt. Entrada: 19/06/2001 Hora: 16:52  
Requerente: SANDRA MARA NUNES  
Assunto: EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 413/2001

*Desjeitados*

**EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 413/2001**

**“DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS X, XIII, XIV, XIX, DO ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI Nº 413/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**Art. 1º - Os Incisos X, XIII, XIV, XIX e XX do artigo 2º do Projeto de Lei nº 413/2001, passarão ter a seguinte redação:**

**Art.2º- .....**

**I - .....**

**.....**

**X – Apoiar o setor agropecuário visando a melhoria da produtividade e qualidade do setor, especialmente, às pequena propriedades em regime de agricultura familiar, apoiando e incentivando o manejo da lavoura com produtos orgânicos, buscando parcerias com o governo Federal e Estadual, para criação de programas de recuperação do solo, atividade agrícola, objetivando aumento da produção.**

**XI - .....**

**XIII – Apoiar, estimular e divulgar a promoção cultural, buscando em regime de parcerias com empresas e outros, promoção e construção de eventos, juntamente com a comunidade para que se aproprie o espaço concreto, imaginário do prazer de brincar, interagir e descobrir a vida em comunidade;**



*Câmara Municipal de Linhares*  
*Palácio Legislativo "Antenor Elias"*



XIV – Exercer a fiscalização ostensiva dos agentes poluentes, protegidos os recursos naturais e renováveis, promovendo programas de educação ambiental desenvolvido na Rede Pública Municipal para alunos e docentes;

XIV - .....

XIX – Desenvolver ações de combate ao analfabetismo, de cunho sócio-educativas, visando a construção da cidadania, inclusive adequando o modelo de escola família às necessidades dos filhos de pequenos agricultores, minimizando uma das causas de êxodo rural, articulando para isto várias instituições que compõem a estrutura social;

XX – Articulação com Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Entidades Privadas e Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais, com vista à captação de recursos para a realização de Programas e Projetos que promovam o desenvolvimento econômico, social, cultural, inclusive, aumento da produção agrícola, alimentos, produção de economia familiar, cooperativa rural, no território do Município;

Art. 2º - Esta EMENDA entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário "Joaquim Calmon", aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

SANDRA MARA NUNES  
Vereadora

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA  
SOCIAL

Projeto de EMENDA Nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001

**“DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS X,  
XIII, XIV, XIX E XX DO ARTIGO 2º DO  
PROJETO DE LEI Nº 413/2001 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Projeto de Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001 encaminhado a esta Casa de Leis pela Ilustrada Vereadora SANDRA MARA NUNES, visando nova redação aos incisos X, XII, XIV, XIX, e XX do artigo 2º da lei em destaque.

A Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto destacado, é de parecer favorável à aprovação da Emenda nº 01 apresentada ao Projeto de Lei nº 413/2001, tudo de conformidade com o Parecer da Comissão de Constituição de Justiça desta Edilidade.

Plenário “Joaquim Calmon”, aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

  
TADEU DENANDAI  
Relator

  
ANGELO GABRIEL SILOTE  
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de EMENDA Nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001

**“DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS X,  
XIII, XIV, XIX E XX DO ARTIGO 2º DO  
PROJETO DE LEI Nº 413/2001 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Projeto de Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001 encaminhado a esta Casa de Leis pela Ilustrada Vereadora SANDRA MARA NUNES, visando nova redação aos incisos X, XII, XIV, XIX, e XX do artigo 2º da lei em destaque.

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto destacado, é de parecer favorável à aprovação da Emenda nº 01 apresentada ao Projeto de Lei nº 413/2001, tudo de conformidade com o Parecer da Comissão de Constituição de Justiça desta Edilidade.

Plenário “Joaquim Calmon”, aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

  
ALAIR ANTONIO PESSOTTI  
Presidente

  
PEDRO JOEL CELESTRINI  
Relator

  
ATAYDES ANTONIO ARMANI  
Membro

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**Projeto de EMENDA Nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001**

**“DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS X, XIII, XIV, XIX E XX DO ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI Nº 413/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Projeto de Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001 encaminhado a esta Casa de Leis pela Ilustrada Vereadora SANDRA MARA NUNES, visando nova redação aos incisos X, XII, XIV, XIX, e XX do artigo 2º da lei em destaque.

É de se ressaltar que a matéria que ora se discute, trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município e a emenda está regimentalmente apresentada.

A competência da Ilustra Vereadora está respaldada nos termos do artigo 15 e seguintes da Orgânica Municipal.

Assim, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto, é de parecer favorável à aprovação da Emenda nº 01 apresentada ao Projeto de Lei nº 413/2001, tudo de conformidade com o Parecer da Procuradoria desta Edilidade, e por ser Constitucional.

Plenário “Joaquim Calmon”, aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

  
JOSE BELISÁRIO CORRÊA

Presidente

  
IVAN SALVADOR FILHO

Relator

ANTONIO SILVÉRIO SOBRINHO

Membro

GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº. 015/2001.

10 de abril de 2001.

PROTOCOLO  
N.º 413/2001  
Em 11 / 04 / 2001  
W



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E NOBRES EDIS:

Em cumprimento ao disposto na legislação em vigor, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre as **Diretrizes Orçamentárias** para o exercício financeiro de **2002**.

Estão compreendidos neste projeto, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal; a organização e estrutura dos orçamentos; as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações; as diretrizes para a execução da Lei Orçamentária Anual; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais, conforme disposto na Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, bem como, os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do Art. 212 da Constituição Federal; da programação, referente a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério previsto na Lei n.º. 9424/96 e na Emenda Constitucional n.º 29 de 13 de setembro de 2000, que assegura recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde, as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e outros dispositivos finais sobre matéria orçamentária.

Desse modo, é importante enfatizar que as diretrizes ora propostas coadunam-se perfeitamente com o Programa Municipal de Governo, cujo principal objetivo é a melhoria da qualidade de vida da Comunidade Linharensense.

O anexo projeto de lei de diretrizes orçamentárias, contempla importantes disposições concernentes à organização e estrutura do orçamento, das quais cabe destacar a que confere maior racionalidade e organização ao processo orçamentário, ao explicitar com clareza e objetividade, conceitos e procedimentos para a elaboração do orçamento do Município.

Propõe-se sejam os orçamentos elaborados a preços de junho de 2001, utilizando-se o Índice Geral de Preços de

**GABINETE DO PREFEITO**

Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, para atualizar os valores da Lei Orçamentária de 2002.



Destaco, nesta oportunidade, a importância do entrosamento dos Poderes Legislativo e Executivo para aprovarem sem emenda, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ora encaminhado, permitindo a elaboração do Orçamento Anual de 2002 de acordo com as prioridades indicadas anteriormente pelas Comunidades, razão pela qual solicito a Vossa Excelência e aos Nobres Edis, apreciarem esta matéria sob ótica do elevado espírito público que norteiam vossas ações.

Acredito na consolidação da democracia através do aperfeiçoamento das Instituições e do resgate da credibilidade da representação política. Para isso, é fundamental assegurar a ampla participação da sociedade na gestão e no controle da atividade pública nos seus mais diversos níveis. O cidadão tem o direito de decidir e controlar a aplicação dos recursos administrados pelo Município.

As disposições constitucionais e as legislações pertinentes sobre esta matéria, estão em perfeita sintonia com o texto ora proposto, que expressa com clareza as principais metas que pretendo alcançar no próximo ano, razão pela qual solicito a Vossa Excelência e a seus dignos Pares, aprová-lo como proposto.

Atenciosamente

Guerino Luiz Zanon  
Prefeito Municipal



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

**"PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES/ES., PARA INCLUSÃO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES., PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002, NOS TERMOS DO ARTIGO 199, INCISO II, § 2º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LINHARES".**

**DESPESA DE CUSTEIO**

**I) SUBSÍDIO DE VEREADORES**

Despesa com pagamento dos subsídios dos Senhores Vereadores, diária e ajuda de custo.

**II) PESSOAL CIVIL**

Despesa com vencimentos adicionais, auxílios, gratificações, indenizações, diárias, ajuda de custo, representações, substituições e outras despesas decorrentes de pagamento de pessoal em serviço da Câmara Municipal.

**III) MATERIAL DE CONSUMO**

Despesas com lubrificantes e combustíveis, artigo de higiene e conservação, gênero de alimentação, impressos, artigos de expedientes, materiais e acessórios de máquinas, material para conservação de bens móveis, e outros materiais de uso não duradouro.

**IV) SERVIÇO DE TERCEIRO E ENCARGOS**

Despesas com assinaturas de jornais e periódicos, energia elétrica e gás, fretes e carretos, multas, locação de imóveis, locação de veículos, locação de equipamentos e materiais permanentes, passagens, transportes de pessoas, conservação e adaptação de imóveis, serviço de asseio e higiene, serviço de comunicação, serviço de divulgação, impressão, encadernação, despesa em caráter reservado, despesa com congressos, simpósios, diplomas, condecorações, medalhas e prêmios, aquisição de materiais para distribuição gratuita, indenizações e restituições e outros serviços e encargos.



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

Continuação OF./N.º149/98

**V) DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Despesas com pagamentos de exercícios encerrados e restos a pagar com prestação interrompida.

**VI) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

Despesas com Salário Família, Assistência Médico Hospitalar, Pagamento ao IBAM, IOB, IMB e outras instituições, Vale Transporte, Inativos e Pensionistas.

**VII) INVESTIMENTO, OBRAS E INSTALAÇÕES**

Despesas com reforma e ampliação das instalações da Câmara Municipal, pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro e necessário à realização da mesma.

**VIII) EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**

**DESPESA COM:**

1. aquisição de equipamentos para informatização da Câmara Municipal de Linhares;
2. aquisição de equipamentos telefônicos/tronco PABX integral;
3. aquisição de máquinas e equipamentos para escritório;
4. aquisição de materiais para manutenção da Câmara Municipal de Linhares;
5. aquisição de veículos;
6. aquisição de Linha Telefônica e telefone Celular;
7. aquisição de livros;
8. Aquisição e instalação de central de ar refrigerado.

**IX - ENCARGO DA DÍVIDA**



**Câmara Municipal de Linhares**  
**Palácio Legislativo "Antenor Elias"**

Parcelamento do INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL.

Sala das Sessões da Câmara Municipal aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

  
**Francisco Tarcisio Silva**  
**Presidente**



# *Câmara Municipal de Linhares*

## *Palácio Legislativo "Antenor Elias"*



### **PARECER DA PROCURADORIA**

**“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**Projeto de Lei encaminhado a esta Edilidade pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dispondo sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2002, dando inclusive outras providências.**

**As competências estão determinadas no artigo 58 e seguintes da Carta Municipal.**

**Após análise de todo o teor do Projeto de Lei que ora se discute, restou verificado que as prioridades e metas da Administração Municipal foram respeitadas, assim como as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.**

**A aplicação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, previstos no artigo 212 da Constituição Federal e a valorização do Magistério estabelecidas na Lei nº 9424/96 e na Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000, onde ficam assegurados os recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município, e outros dispositivos finais sobre a matéria, foram devidamente observados e garantidos pelo Chefe do Poder Executivo.**



# Câmara Municipal de Linhares

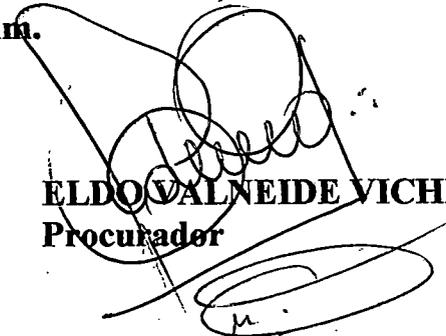
## Palácio Legislativo "Antenor Elias"



Assim, estando as disposições constitucionais e as legislações pertinentes sobre a matéria em perfeita sintonia com o texto ora proposto, expressando com clareza as principais metas que o Chefe do Poder Executivo pretende alcançar para o ano de 2002, a PROCURADORIA da Câmara Municipal de Linhares é de Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 413/2001, da forma em que foi proposto, observando-se o que dispõe o § 2º do artigo 24 da Lei Orgânica Municipal, por ser amplamente Constitucional.

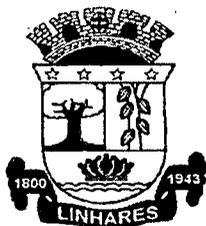
É o Parecer, salvo melhor Juízo de Vossas Excelências.

Plenário "Joaquim Calmon", aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e um.



**ELDO VALNEIDE VICHI**  
Procurador

**GEORGE DUARTE FREITAS FILHO**  
Procurador



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"



### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**Projeto de Lei encaminhado a esta Edilidade pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dispondo sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2002, dando inclusive outras providências.**

**As competências estão determinadas no artigo 58 e seguintes da Carta Municipal.**

**Após análise de todo o teor do Projeto de Lei que ora se discute, restou verificado que as prioridades e metas da Administração Municipal foram respeitadas, assim como as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.**

**A aplicação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, previstos no artigo 212 da Constituição Federal e a valorização do Magistério estabelecidas na Lei nº 9424/96 e na Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000, onde ficam assegurados os recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município, e outros dispositivos finais sobre a matéria, foram devidamente observados e garantidos pelo Chefe do Poder Executivo.**



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"



Assim, estando as disposições constitucionais e as legislações pertinentes sobre a matéria em perfeita sintonia com o texto ora proposto, expressando com clareza as principais metas que o Chefe do Poder Executivo pretende alcançar para o ano de 2002, a **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** da Câmara Municipal de Linhares é de Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 413/2001, da forma em que foi proposto, observando-se o que dispõe o § 2º do artigo 24 da Lei Orgânica Municipal, por ser amplamente Constitucional.

É o Parecer, salvo melhor Juízo de Vossas Excelências.

Plenário "Joaquim Calmon", aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

  
**JOSE BELISÁRIO CORREIA**  
Presidente

  
**IVAN SALVADOR FILHO**  
Relator

  
**ANTONIO SILVÉRIO SOBRINHO**  
Membro



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor" *Cláudio*



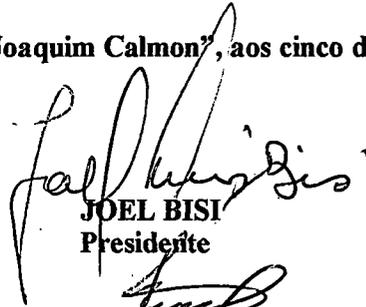
### PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A COMISSÃO DE OBRAS E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE da Câmara Municipal de Linhares é de Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 413/2001, tudo de conformidade com o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

É o Parecer, salvo melhor Juízo de Vossas Excelências.

Plenário "Joaquim Calmon", aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

  
**JOEL BISI**  
Presidente

  
**ARILDO KIRMSE**  
Relator



**PARECER DA PROCURADORIA**

**Projeto de EMENDA Nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001**

**“DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS X,  
XIII, XIV, XIX E XX DO ARTIGO 2º DO  
PROJETO DE LEI Nº 413/2001 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Projeto de Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 413/2001 encaminhado a esta Casa de Leis pela Ilustrada Vereadora SANDRA MARA NUNES, visando nova redação aos incisos X, XII, XIV, XIX, e XX do artigo 2º da lei em destaque.

É de se ressaltar que a matéria que ora se discute, tem significação especial não só para Administração Municipal, como também para toda a Comunidade Linharensense, já que se trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município e a emenda regimentalmente apresentada vem de certa, forma enriquecer o seu conteúdo.

A competência da Ilustra Vereadora está respaldada nos termos do artigo 15 e seguintes da Orgânica Municipal.

Assim, a Procuradoria da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto, é de parecer favorável à aprovação da Emenda nº 01 apresentada ao Projeto de Lei nº 413/2001, por ser Constitucional.

Plenário “Joaquim Calmon”, aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

**ELDO VALNEIDE VICHI**  
Procurador

**GEORGE DUARTE FREITAS FILHO**  
Procurador